BancoPecúnia — Banco Pecúnia S.A.

Rua Boa Vista, 254 - 8º andar - São Paulo - SP
CNPJ 60.850.229/0001-47
SOCIETE GENERALE GROUP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: A Administração do Banco Pecúnia S.A. submete à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do respectivo relatório dos Auditores Independentes, relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014.
São Paulo, 22 de fevereiro de 2016.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014 - (em milhares de reais)

ATIVO

	Nota	2015	2014 Reapresentado
CIRCULANTE		**105.143**	**490.123**
DISPONIBILIDADES	4	192	162
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	5	94.828	26.548
APLICAÇÕES EM DEPÓSITOS INTERFINANCEIROS		94.828	26.548
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS		-	6.537
CARTEIRA PRÓPRIA	6	-	6.537
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		444	1.269
CRÉDITOS VINCULADOS		6	263
RELAÇÕES COM CORRESPONDENTES		438	1.006
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		9.405	434.108
SETOR PRIVADO	7	18.375	488.771
PROVISÃO PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	8	(8.970)	(54.663)
OUTROS CRÉDITOS	9.a)	-	821
DIVERSOS		-	821
OUTROS VALORES E BENS		274	20.678
OUTROS VALORES E BENS		11	191
DESPESAS ANTECIPADAS	10	263	20.487
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		69.316	421.525
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS		5.117	-
CARTEIRA PRÓPRIA	6	5.117	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		5.608	345.853
SETOR PRIVADO	7	9.520	370.136
PROVISÃO PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	8	(3.912)	(24.283)
OUTROS CRÉDITOS		58.505	56.701
DIVERSOS	9.a)	58.505	56.701
OUTROS VALORES E BENS		86	18.971
OUTROS VALORES E BENS		37	63
PROVISÃO PARA DESVALORIZAÇÃO DE OUTROS VALORES E BENS		(37)	(63)
DESPESAS ANTECIPADAS	10	86	18.971
PERMANENTE		7.628	6.657
INVESTIMENTOS	12	6.146	4.423
PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS NO PAÍS		6.146	4.423
OUTROS INVESTIMENTOS		59	59
PROVISÃO PARA PERDA EM INVESTIMENTOS		(59)	(59)
IMOBILIZADO DE USO	13	1.435	2.178
IMÓVEIS DE USO		207	207
REAVALIAÇÃO DE IMÓVEIS DE USO		804	804
OUTRAS IMOBILIZAÇÕES DE USO		5.925	9.873
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS		(5.501)	(8.706)
DIFERIDO		47	56
GASTOS DE ORGANIZAÇÃO E EXPANSÃO		1.129	1.129
AMORTIZAÇÃO ACUMULADA DO DIFERIDO		(1.082)	(1.073)
TOTAL DO ATIVO		**182.087**	**918.305**

PASSIVO

	Nota	2015	2014 Reapresentado
CIRCULANTE		**33.344**	**735.785**
DEPÓSITOS	14	302	694.372
DEPÓSITOS À VISTA		302	302
DEPÓSITOS INTERFINANCEIROS		-	694.070
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS		-	8
RECURSOS EM TRANSITO DE TERCEIROS		-	8
OUTRAS OBRIGAÇÕES		33.042	41.405
COBRANÇA E ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS E ASSEMELHADOS		1	180
FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS	9.b)	25.469	24.634
DIVERSAS	9.c)	7.572	16.591
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		**49.911**	**76.013**
OUTRAS OBRIGAÇÕES		49.911	76.013
FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS	9.b)	41.889	43.138
DIVERSAS	9.c)	8.022	32.875
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	15	160	15.279
RECEITAS DE EXERCÍCIOS FUTUROS		160	15.279
PATRIMÔNIO LIQUIDO		**98.672**	**91.228**
CAPITAL SOCIAL DE DOMICILIADOS NO PAÍS	16	561.596	423.596
RESERVAS DE CAPITAL	22	221	870
RESERVAS DE REAVALIAÇÃO		180	211
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL		(1)	(2)
PREJUÍZOS ACUMULADOS		(463.324)	(333.447)
TOTAL DO PASSIVO		**182.087**	**918.305**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 - (em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	**423.596**	**400**	**231**	**(1)**	**(316.629)**	**107.597**
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	(1)	-	(1)
Ajustes de exercícios anteriores (Reapresentado)	-	-	-	-	(12.080)	(12.080)
Plano de pagamento baseado em ações	-	470	-	-	-	470
Realização de reserva de reavaliação	-	-	(20)	-	31	11
Prejuízo líquido do exercício (Reapresentado)	-	-	-	-	(4.769)	(4.769)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (REAPRESENTADO)	**423.596**	**870**	**211**	**(2)**	**(333.447)**	**91.228**
Aumento de Capital Social homologado pelo Bacen em 02/09/2015 e 23/12/2015	138.000	-	-	-	-	138.000
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	1	-	1
Plano de pagamento baseado em ações	-	(649)	-	-	-	(649)
Realização de reserva de reavaliação	-	-	(31)	-	31	-
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	(129.908)	(129.908)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	**561.596**	**221**	**180**	**(1)**	**(463.324)**	**98.672**
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 (REAPRESENTADO)	**423.596**	**186**	**202**	**(2)**	**(344.244)**	**79.738**
Aumento de Capital Social homologado pelo Bacen em 02/09/2015 e 23/12/2015	138.000	-	-	-	-	138.000
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	1	-	1
Plano de pagamento baseado em ações	-	35	-	-	-	35
Realização de reserva de reavaliação	-	-	(22)	-	16	(6)
Prejuízo líquido do semestre	-	-	-	-	(119.096)	(119.096)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	**561.596**	**221**	**180**	**(1)**	**(463.324)**	**98.672**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 - (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Pecúnia S.A. ("Banco"), organizado sob a forma de banco múltiplo, está autorizado a operar com as carteiras comercial e de crédito, financiamento e investimento. Suas operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, sendo que certas operações têm a co-participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do Conglomerado Financeiro Société Générale Brasil. O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo critérios de prática e razoabilidade, em conjunto ou individualmente. Os recursos necessários para o financiamento da carteira de crédito do Banco, bem como para a manutenção de suas operações, são garantidos pelo seu acionista controlador. As captações vem sendo feitas através de depósitos interfinanceiros com empresas do grupo, principalmente com o Banco Société Générale Brasil S.A. Em 03 de fevereiro de 2015, a Administração do Banco Pecúnia decidiu pelo encerramento de suas operações, deixando de conceder novos empréstimos. O encerramento das operações vem ocorrendo através da liquidação normal dos ativos e passivos, pelos prazos e condições originalmente pactuados, e por alienações de certos ativos. Em função da natureza das operações e das práticas contábeis aplicáveis às demonstrações financeiras do Banco, não são esperadas diferenças significativas entre o valor contábil dos ativos e passivos e o valor de liquidação caso as demonstrações financeiras fossem elaboradas nessa base de apresentação.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas com observância das disposições emanadas da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil – BACEN através do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Foram efetuados ajustes no Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa e respectivas notas explicativas do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 para melhor comparação com as informações de 31 de dezembro de 2015, como segue:

	31.12.2014 Original	31.12.2014 Ajustes	31.12.2014 Reapresentado
Balanço Patrimonial			
Realizável a Longo Prazo - Outros Créditos Diversos	**47.798**	**8.903**	**56.701**
Diversos (1) e (2)	47.798	8.903	56.701
Investimentos	**3.944**	**479**	**4.423**
Participações em Controladas do País (2)	3.944	479	4.423
Ativo Total (1) e (2)	**908.923**	**9.382**	**918.305**
Circulante - Outras Obrigações	**1.549**	**23.085**	**24.634**
Fiscais e Previdenciárias (1)	1.549	23.085	24.634
Patrimônio Líquido	**(319.744)**	**(13.703)**	**(333.447)**
Prejuízos Acumulados (1) e (2)	(319.744)	(13.703)	(333.447)
Passivo Total (1) e (2)	**908.923**	**9.382**	**918.305**
Demonstração do Resultado do Exercício			
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	**(47.985)**	**(1.623)**	**(49.608)**
Despesas tributárias (1)	(10.416)	(31)	(10.447)
Resultado de participação em controlada (2)	3.895	178	4.073
Outras receitas operacionais (1) e (2)	24.785	715	25.500
Outras despesas operacionais (1)	(66.249)	(2.485)	(68.734)
Mutações do Patrimônio Líquido	**(3.146)**	**(13.703)**	**(16.849)**
Prejuízos Líquido do Exercício (1) e (2)	(3.146)	(1.623)	(4.769)
Ajuste de exercícios anteriores (1) e (2)	-	(12.080)	(12.080)
Demonstração do Fluxo de Caixa			
Ajustes inclusos que não afetam o fluxo de caixa	**(3.895)**	**(12.560)**	**(16.455)**
Resultado de participação em controladas (2)	(3.895)	(178)	(4.073)
Ajuste exercícios anteriores (1) e (2)	-	(12.382)	(12.382)
Variação de ativos e passivos	**20.780**	**14.182**	**34.962**
Redução em outros créditos (1) e (2)	(3.255)	(8.903)	(12.158)
Aumento em outras obrigações (1) e (2)	24.035	23.085	47.120

(1) Refere-se a revisão do imposto de renda e contribuição social dos anos de 2010 a 2013, que resultou em crédito tributário de R$8.754 e provisão para imposto a pagar de R$23.085.

(2) Refere-se a atualização monetária de depósitos judiciais trabalhistas, no valor de R$628, de anos anteriores, ajustado nas contas de Devedores por depósitos em garantia - recursos trabalhistas e ajuste de exercícios anteriores.

Embora o Banco esteja em fase de encerramento das operações, as demonstrações financeiras foram elaboradas conforme princípio de continuidade. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, porém nem todos homologados pelo BACEN. Desta forma o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN, quais sejam: a) CPC 01 – Redução ao valor recuperável de ativos – homologado pela Resolução BACEN n.º 3.566/08; b) CPC 03 – Demonstrações de fluxo de caixa – homologado pela Resolução BACEN n.º 3.604/08; c) CPC 05 – Divulgação de partes relacionadas – homologado pela Resolução BACEN n.º 3.750/09; d) CPC 10 – Pagamento baseado em ações – homologado pela Resolução BACEN n.º 3.989/11; e) CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro – homologado pela Resolução BACEN n.º 4.007/11; f) CPC 24 – Evento subsequente – homologado pela Resolução BACEN n.º 3.973/11; g) CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes – homologado pela Resolução BACEN n.º 3.823/09; e h) Pronunciamento Conceitual Básico (R1) – Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro – homologado pela Resolução BACEN n.º 4.144/12. Atualmente, não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização dos mesmos será da maneira prospectiva ou retrospectiva. Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria e autorizadas a serem divulgadas em 03 de fevereiro de 2016.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado - As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para aquelas de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas a operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até as datas dos balanços. **b) Caixa e equivalentes de caixa** - São representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **c) Aplicações interfinanceiras de liquidez** - São registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. **d) Títulos e valores mobiliários** - De acordo com o estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, de acordo com a intenção da Administração, quais sejam: • Títulos para negociação; • Títulos disponíveis para venda; e • Títulos mantidos até o vencimento. Os títulos classificados como "para negociação" e "disponíveis para venda" são avaliados, nas datas dos balanços, pelo seu valor de mercado e os classificados como "mantidos até o vencimento" são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços. Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados "para negociação" são contabilizados em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado. Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados como "disponíveis para venda" são contabilizados em conta destacada do patrimônio líquido denominada "Ajuste de avaliação patrimonial", líquidos dos efeitos tributários. **e) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa** - As operações de crédito são classificadas de acordo com o nível de risco, segregadas em curso normal, atraso inferior a 15 dias, e vencidas, atraso igual ou superior a 15 dias, observados os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do BACEN, que requer a classificação da carteira em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo). As rendas das operações de crédito vencidas igual ou superior a 60 dias, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita somente quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, com o mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas no nível H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita somente quando efetivamente recebidos. Também foi constituída provisão para crédito de liquidação duvidosa sobre operações de crédito objeto de cessão de crédito com coobrigação registrados na rubrica "Outras obrigações". **f) Investimentos** - As participações em controlada são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são avaliados ao custo e ajustados por provisão para perdas, quando aplicável. **g) Imobilizado** - É demonstrado pelo custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas apresentadas na nota explicativa n.º 13 e compatíveis com o tempo da vida útil econômica dos bens. **h) Diferido** - É demonstrado pelo custo de aquisição ou formação e amortizado pelo método linear pelo prazo de cinco anos ou de vigência dos contratos de aluguéis. **i) Valor de recuperação dos ativos** - Os ativos não monetários estão sujeitos à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade da perda dos seus valores. **j) Atualização monetária de direitos e obrigações** - Os direitos e as obrigações, legais ou contratualmente sujeitos à variação cambial e de índices, são atualizados até as datas dos balanços. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas no resultado do período. **k) Depósitos, captações no mercado aberto e obrigações por empréstimos** - São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até as datas dos balanços, reconhecidos em base "pro rata" dia. **l) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias** - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com as determinações estabelecidas no Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovado pela Resolução BACEN nº 3.823/09. • Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos; • Provisões - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. • Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas

(continua)

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(em milhares de reais - exceto prejuízo líquido por ação)

	Nota	2º Semestre 2015	2015	2014 Reapresentado
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**44.803**	**168.069**	**293.985**
Operações de crédito		38.404	159.483	290.331
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		6.399	8.586	3.654
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**(111.634)**	**(172.780)**	**(126.484)**
Operações de captação no mercado		(63.227)	(97.859)	(75.839)
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros		(95.017)	(95.017)	-
(Provisão) / Reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa	8	46.610	20.096	(50.645)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**(66.831)**	**(4.711)**	**167.501**
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		**(52.269)**	**(125.104)**	**(172.104)**
Receitas de tarifas bancárias		7.080	11.258	17.123
Despesas de pessoal		(680)	(1.765)	(7.811)
Outras despesas administrativas	19	(72.634)	(141.159)	(131.808)
Despesas tributárias		(1.632)	(6.027)	(10.447)
Resultado de participação em controlada	12	(11.870)	(18.277)	4.073
Outras receitas operacionais	20	42.388	53.267	25.500
Outras despesas operacionais	21	(14.921)	(22.401)	(68.734)
RESULTADO OPERACIONAL		**(119.100)**	**(129.815)**	**(4.603)**
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		**4**	**(93)**	**(166)**
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O RESULTADO		**(119.096)**	**(129.908)**	**(4.769)**
PREJUÍZO LÍQUIDO DO SEMESTRE / EXERCÍCIO		**(119.096)**	**(129.908)**	**(4.769)**
PREJUÍZO LÍQUIDO DO SEMESTRE / EXERCÍCIO POR AÇÃO - R$		**(0,19361)**	**(0,21119)**	**(0,04536)**
Número de ações		615.127.380	615.127.380	105.127.380

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 - (em milhares de reais)

	2º Semestre 2015	Exercício 2015	Exercício 2014 Reapresentado
ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
PREJUIZO LÍQUIDO DO SEMESTRE / EXERCÍCIO	**(119.096)**	**(129.908)**	**(4.769)**
Ajustes inclusos que não afetam o fluxo de caixa:	**(35.338)**	**(2.043)**	**31.355**
Depreciações e amortizações	301	726	1.059
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(46.610)	(20.096)	50.645
Ajuste exercícios anteriores	-	-	(12.382)
Provisão com processos judiciais	(932)	(336)	(4.377)
Resultado de participação em controladas	11.870	18.277	(4.073)
Alienação e Baixas por obsolecência do imobilizado	5	35	3
Plano de pagamento baseado em ações	35	(649)	470
Ajustes de avaliação patrimonial e realização de reserva de reavaliação	(7)	-	10
(Prejuízo) / Lucro Líquido Ajustado	**(154.434)**	**(131.951)**	**26.586**
Variação de ativos e passivos	**97.604**	**82.271**	**(14.491)**
Redução em títulos e valores mobiliários	770	1.420	8.204
Aumento em relações interdependências e interfinanceiras	14	817	2.260
Redução em operações de crédito	648.939	785.044	681
Aumento em outros créditos	(1.169)	(983)	(12.158)
Redução em outros valores e bens	25.519	39.289	4.152
Redução de depósitos	(542.785)	(694.070)	(58.585)
(Redução) / Aumento em outras obrigações	(22.267)	(34.127)	47.120
Redução em resultados de exercícios futuros	(11.417)	(15.119)	(6.165)
(=) CAIXA LÍQUIDO (USADO NAS) / PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**(56.830)**	**(49.680)**	**12.095**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Recebimento de dividendos de controladas	-	-	-
Aumento de capital em Controlada	-	(20.000)	-
Aquisição de imobilizado de uso	-	(10)	(26)
Baixas no diferido	(1)	-	-
(=) CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**(1)**	**(20.010)**	**(26)**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Aumento de capital	138.000	138.000	-
(=) CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	**138.000**	**138.000**	**-**
AUMENTO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**81.169**	**68.310**	**12.069**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO SEMESTRE / EXERCÍCIO	**13.851**	**26.710**	**14.641**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO SEMESTRE / EXERCÍCIO (nota explicativa n.º 4)	**95.020**	**95.020**	**26.710**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(continuação)

BancoPecúnia Banco Pecúnia S.A.

Rua Boa Vista, 254 - 8º andar - São Paulo - SP
CNPJ 60.850.229/0001-47
SOCIETE GENERALE GROUP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 - (Em milhares de reais)

explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação; e • Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação fiscal. • Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem a dedução das provisões para riscos, em atendimento às normas do BACEN. **m) Imposto de renda e contribuição social** - A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro anual tributável excedente a R$ 240. A contribuição social apurada sobre o lucro líquido ajustado, na forma da legislação em vigor, é calculada à alíquota de 20%, de acordo com a Lei n.º 13.169 de 06 de outubro de 2015. **n) Pagamento baseado em ações** - O Grupo Société Générale (França) oferece como parte da remuneração variável da diretoria e funcionários das suas subsidiárias brasileiras planos de pagamentos baseados em ações. Os planos são reconhecidos como despesa pessoal pró-rata ao período de carência, em contrapartida a reserva de capital no patrimônio líquido para aqueles planos cuja transação seja liquidada em instrumentos patrimoniais ou reconhecido como um passivo caso a liquidação seja efetuada em dinheiro. **o) Lucro / (Prejuízo) por ação** - A divulgação do lucro/ (prejuízo) por ação é apresentado pela divisão do lucro/ (prejuízo) líquido do período pela quantidade total de ações.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2015	2014
Disponibilidades	192	162
Aplicações em depósitos interfinanceiros	94.828	26.548
TOTAL	**95.020**	**26.710**

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Aplicações em depósitos interfinanceiros

Prazo	2015	2014
Até 3 meses	94.828	26.548
Total	**94.828**	**26.548**

O saldo de aplicações em depósitos interfinanceiros refere-se a aplicações em CDI pós junto ao Banco Société Générale com vencimento em janeiro de 2016.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Composição por categoria, tipo de papel, valor de curva e de mercado

	2015		2014	
Títulos e Valores Mobiliários:	**Valor de Mercado**	**Valor de Curva**	**Valor de Mercado**	**Valor de Curva**
Carteira Própria	**5.117**	**5.119**	**6.537**	**6.540**
Títulos disponíveis para venda	5.117	5.119	6.537	6.540
Letras financeiras do tesouro - LFT	5.117	5.119	6.537	6.540
Total	**5.117**	**5.119**	**6.537**	**6.540**

O efeito da marcação a mercado dos títulos classificados na categoria "disponível para venda", perda no montante de R$1 (perda de R$2 em 2014), está registrado no patrimônio líquido na rubrica "ajuste de avalição patrimonial", líquido dos impostos. O valor de mercado dos títulos públicos foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – ANBIMA. Os títulos públicos estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC e os títulos privados na CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.

b) Composição por prazo de vencimento

	2015	2014
Títulos disponíveis para venda		
A vencer até 3 meses	-	980
A vencer entre 3 e 12 meses	-	5.557
Acima de 1 ano	5.117	-
Total	**5.117**	**6.537**

c) Composição por emissor

	2015	2014
Títulos disponíveis para venda		
Públicos - Governo federal	5.117	6.537
Total	**5.117**	**6.537**

d) Gerenciamento de riscos e de capital - A gestão de riscos e de capital do Banco Pecúnia S.A. é efetuada em conjunto com as demais instituições pertencentes ao Grupo Société Générale Brasil, o qual gerencia os riscos independente das áreas de negócios. Equipes de especialistas por tipo de risco monitoram a exposição do Conglomerado e reportam diretamente à Alta Administração. Para efeito de alocação de capital regulamentar, previsto na Circular 3.640, de 04 de março de 2013 e normas complementares, o Conglomerado adotou a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada. Atendendo à Circular 3.678 de 31 de outubro de 2013, a Resolução 3.380 de 29 de junho de 2006 e os princípios de transparência e divulgação previstos nos acordos da Basiléia II e Basiléia III, divulgamos conforme estabelecido na Circular 3.644, de 4 de março de 2013, os procedimentos para o cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco (RWA) referente às exposições ao risco de crédito, sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada, de que trata a Resolução 4.193 e quanto à adequação do Patrimônio de Referência (PR), de que trata a Resolução 4.192, ambas de 1º de março de 2013. As informações relacionadas acima, assim como aquelas sobre a estrutura de gerenciamento de capital de que trata a Resolução 3.988 de 30 de Junho de 2011, referentes ao conglomerado financeiro Société Générale no Brasil, encontram-se disponíveis nos sítios da internet do Banco Pecúnia S.A. e de seu controlador.

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Tipo de operação

	2015	2014
Financiamento de veículos	27.847	858.562
Crédito pessoal consignado em folha	48	345
Total	**27.895**	**858.907**

Em 03 julho de 2015, o Banco Pecúnia assinou contrato de cessão de crédito, sem coobrigação, referente a parte substancial de sua carteira de Financiamento de Veículos, cuja efetivação ocorreu no 3º. trimestre de 2015. O valor total da cessão foi de R$ 506.667 com um prejuízo líquido de R$ 51.453, representado por: prejuízo de R$ 95.017 reconhecido na rubrica "Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros"; reversão de provisão de R$ 56.430, reconhecido na rubrica "Reversão/ (Provisão) para operações de crédito"; apropriação de despesas com comissões sobre a intermediação de operações no valor de R$ 24.814, reconhecidos na rubrica "Outras despesas administrativas"; reversão de impairment de comissão no valor de R$1.453, reconhecido na rubrica "Outras receitas operacionais"; apropriação de receita com tarifa de cadastro no valor de R$6.440, reconhecidos na rubrica "Outras receitas de prestação de serviços"; apropriação de receita com seguro no valor de R$4.047, reconhecidos na rubrica "Outras receitas operacionais"; recuperação de créditos baixado para prejuízo de R$ 8, registrados na rubrica "Operações de crédito". Dentro da estrutura da cessão, o Banco Pecúnia integralizou e vendeu quotas seniores de um Fundo de Investimento de direitos creditórios, registrando um prejuízo de R$ 49.959, registrados na rubrica "Prejuízo com títulos de renda fixa".

b) Composição da carteira por setor de atividade

Setor privado:	2015	2014
Pessoas físicas	27.895	858.907
Total	**27.895**	**858.907**

c) Composição da carteira por vencimento

Prazo:	2015	2014
Carteira vencida à partir de 15 dias	4.033	29.752
Carteira a vencer até 3 meses	4.660	141.736
Carteira a vencer de 3 a 12 meses	9.682	317.283
Carteira a vencer de 1 a 3 anos	9.060	345.225
Carteira a vencer de 3 a 5 anos	460	24.908
Carteira a vencer acima de 5 anos	-	3
Total	**27.895**	**858.907**

d) Concentração da carteira de crédito

	2015		2014	
	Valor	**% sobre a carteira**	**Valor**	**% sobre a carteira**
Principal devedor	37	0,13%	78	0,01%
10 seguintes maiores devedores	304	1,09%	548	0,06%
20 seguintes maiores devedores	508	1,82%	864	0,10%
50 seguintes maiores devedores	1.083	3,88%	1.871	0,22%
100 seguintes maiores devedores	1.802	6,46%	3.361	0,39%
Demais devedores	24.161	86,62%	852.185	99,22%
Total	**27.895**	**100,00%**	**858.907**	**100,00%**

e) Composição da carteira por nível de risco e provisionamento

	2015				
Nível	**Curso Normal**	**Vencidos**	**Total**	**% da Carteira**	**Provisão**
A	7.988	-	7.988	28,64%	(40)
B	1.545	99	1.644	5,89%	(16)
C	2.124	201	2.325	8,33%	(70)
D	1.384	224	1.608	5,76%	(161)
E	1.098	226	1.324	4,75%	(397)
F	792	235	1.027	3,68%	(514)
G	761	224	985	3,53%	(690)
H	8.170	2.824	10.994	39,42%	(10.994)
Total	**23.862**	**4.033**	**27.895**	**100,00%**	**(12.882)**

	2014				
Nível	**Curso Normal**	**Vencidos**	**Total**	**% da Carteira**	**Provisão**
A	667.128	-	667.128	77,67%	(3.336)
B	42.212	2.606	44.818	5,22%	(448)
C	42.890	3.668	46.558	5,42%	(1.397)
D	18.830	2.757	21.587	2,51%	(2.159)
E	9.242	2.007	11.249	1,31%	(3.375)
F	6.286	1.601	7.887	0,92%	(3.944)
G	5.006	1.561	6.567	0,76%	(4.598)
H	37.561	15.552	53.113	6,19%	(53.113)
Total	**829.155**	**29.752**	**858.907**	**100,00%**	**(72.370)**
Provisão adicional (*)					(6.576)
Total					(78.946)

(*) Em 31 de dezembro de 2014, foram constituídas provisões para créditos de liquidação duvidosa adicionais aos limites mínimos estabelecidos pela Resolução CMN 2.682, no montante de R$6.576 considerando as matrizes de riscos de crédito internas (histórico de perdas e de recuperações), totalizando assim o montante de R$78.946. Em 31 de dezembro de 2015, o valor calculado pelas matrizes de risco é inferior aos limites mínimos estabelecidos pela resolução CMN 2.682, desta forma o valor de provisão foi constituído conforme os limites mínimos estabelecidos pela referida resolução.

f) Renegocição - Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de operações de crédito renegociadas no exercício é de R$ 6.058 (R$ 13.097 em 2014).

8. PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é assim resumida:

	2015	2014
SALDO INICIAL	**(78.946)**	**(121.988)**
(+) Reversão / (Provisão) constituída	20.096	(50.645)
(-) Baixas contra provisão	45.968	93.687
SALDO FINAL	**(12.882)**	**(78.946)**

Durante os exercícios foram recuperados créditos anteriormente baixados contra provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R$ 13.094 (R$ 30.346 em 2014).

9. OUTROS CRÉDITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Outros créditos - diversos

	2015	2014 Reapresentado
Adiantamentos e antecipações salariais	-	15
Adiantamentos por pagamentos de nossa conta	-	16
Devedores por depósitos em garantia - recursos trabalhistas (nota explicativa nº. 11 c)	2.056	1.369
Devedores por depósitos em garantia - recursos fiscais (nota explicativa nº. 11 c)	36.580	33.098
Devedores por depósitos em garantia - recursos cíveis (nota explicativa nº. 11 c)	2.502	2.112
Impostos e contribuições a compensar	17.367	20.121
Pagamentos a ressarcir	-	8
Devedores diversos - País	-	783
Total	**58.505**	**57.522**
Curto prazo	**-**	**821**
Longo prazo	**58.505**	**56.701**

b) Outras obrigações - fiscais e previdenciárias

	2015	2014 Reapresentado
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	48	417
Impostos e contribuições sobre salários	53	240
Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	24.993	22.926
Imposto sobre serviços	1	50
PIS / COFINS	155	991
Provisão para imposto de renda diferido (nota explicativa n.º 17 d)	60	68
Provisão para contribuição social diferida (nota explicativa n.º 17 d)	47	40
Outros	219	10
Provisão para riscos fiscais (nota explicativa n.º 11 b)	41.782	43.030
Imposto de renda e contribuição social	26.573	29.511
Provisão para outras contingências fiscais	8.422	7.122
PIS	6.787	6.397
Total	**67.358**	**67.772**
Curto prazo	**25.469**	**24.634**
Longo prazo	**41.889**	**43.138**

c) Outras obrigações - diversas

	2015	2014
Provisão para pagamentos a efetuar - Fornecedores	596	2.891
Provisão para pagamentos a efetuar - Despesas de Pessoal	306	909
Provisão para contingencias-Processos trabalhistas (nota explicativa n.º 11 b) (a)	5.096	2.937
Provisão para contingencias-Processos cíveis (nota explicativa n.º 11 b) (b)	2.926	4.173
Provisão para pagamentos a efetuar - SG Paris (nota explicativa n.º 18 a)	87	89
Provisão para perdas (d)	-	25.757
Provisão para perdas com créditos cedidos com coobrigação (nota explicativa n.º 23 b)	-	8
Valores a pagar a sociedades ligadas (nota explicativa n.º 18 a)	6.251	8.803
Valores a repassar - Prêmio de seguro (c)	-	852
Recebimentos a processar	332	3.043
Credores diversos no País - demais	-	4
Total	**15.594**	**49.466**
Curto prazo	**7.572**	**16.591**
Longo prazo	**8.022**	**32.875**

(a) Refere-se à provisão para processos judiciais trabalhistas em andamento. A provisão foi constituída com base na perda média histórica, atualizada, dos últimos cinco anos.
(b) Refere-se à provisão para processos judiciais cíveis em andamento. A provisão é constituída com base na média histórica dos pagamentos efetuados nos últimos dois anos.
(c) Refere-se a prêmios de seguro prestamista, a serem repassados à Zurich Brasil Seguros Ltda.
(d) Refere-se à provisão complementar para cobrir eventuais perdas na venda de ativos decorrente de ofertas recebidas.

10. ESPESAS ANTECIPADAS

	2015	2014
Comissões (*)	242	39.458
Seguros	107	-
Total	**349**	**39.458**
Curto prazo	**263**	**20.487**
Longo prazo	**86**	**18.971**

(*) Referem-se a serviços pagos antecipadamente pela contratação de financiamento, sendo as despesas apropriadas ao resultado de acordo com o prazo dos contratos em carteira.

11. ATIVOS CONTINGENTES, PROVISÕES PARA RISCOS E OBRIGAÇÕES LEGAIS

O Banco é parte integrante em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de perda do Banco com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. A Administração do Banco entende que as provisões constituídas são suficientes para atender perdas decorrentes de processos judiciais.

a) Ativos contingentes - Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, não foram reconhecidos ativos contingentes, tampouco existem processos classificados como prováveis de realização.

b) Saldos Patrimoniais das provisões com processos judiciais, administrativos e obrigações legais por natureza

	2015	2014
Provisões para riscos fiscais **(1)**	41.782	43.030
Provisões para riscos trabalhistas **(2)**	5.096	2.937
Provisões para riscos cíveis **(2)**	2.926	4.173
Total	49.804	50.140

(1) Nota explicativa n.º 9.b
(2) Nota explicativa 9.c

c) Movimentação das provisões com processos judiciais, administrativos e obrigações legais

	2015				2014			
	Fiscais	**Trabalhistas**	**Cíveis**	**Total**	**Fiscais**	**Trabalhistas**	**Cíveis**	**Total**
Saldo inicial	43.030	2.937	4.173	50.140	40.479	5.955	8.083	54.517
Constituição (1)	4.139	2.278	91	6.508	2.551	1.150	936	4.637
Reclassificações	220	-	(220)	-	-	-	-	-
Reversão de provisão (2)	(5.607)	(119)	(1.118)	(6.844)	-	(4.168)	(4.846)	(9.014)
Saldo final	41.782	5.096	2.926	49.804	43.030	2.937	4.173	50.140
Depósitos em garantia - outros créditos (3)	36.580	2.056	2.502	41.138	33.098	1.369	2.112	36.579

(1) nota explicativa n.º 21
(2) nota explicativa n.º 20
(3) nota explicativa n.º 9 a

d) O detalhamento das provisões, obrigações legais e dos riscos por probabilidade de perda em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 é o seguinte:

2015						
	Obrigações fiscais e previdenciárias		**Riscos trabalhistas**		**Riscos cíveis**	
Perdas	**Valor reclamado**	**Valor provisionado**	**Valor reclamado**	**Valor provisionado**	**Valor reclamado**	**Valor provisionado**
Obrigações legais (a)	33.360	33.360	-	-	-	-
Prováveis (a)	8.422	8.422	5.096	5.096	2.926	2.926
Possíveis (b)	2.370	-	30.455	-	30.264	-
Remotas	7.961	-	-	-	2.094	-
TOTAL	**52.113**	**41.782**	**35.551**	**5.096**	**35.284**	**2.926**

2014						
	Obrigações fiscais e previdenciárias		**Riscos trabalhistas**		**Riscos cíveis**	
Perdas	**Valor reclamado**	**Valor provisionado**	**Valor reclamado**	**Valor provisionado**	**Valor reclamado**	**Valor provisionado**
Obrigações legais (a)	14.555	14.555	-	-	-	-
Prováveis (a)	28.475	28.475	2.937	2.937	4.173	4.173
Possíveis (b)	-	-	17.126	-	38.124	-
Remotas	4.744	-	-	-	1.752	-
TOTAL	**47.774**	**43.030**	**20.063**	**2.937**	**44.049**	**4.173**

(a) Perdas prováveis e obrigações legais

Legais, fiscais e previdenciárias - IRPJ e CSLL – R$ 17.588 (R$ 21.353 em 2014). Refere-se a questionamento sobre recolhimentos do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, referente ao fato gerador ocorrido no ano-calendário de 1999. (artigo 72, inciso V, do ADCT - receita operacional bruta). Aguarda-se analise de admissibilidade do recurso. PLANO VERÃO – R$ 8.985 (R$ 8.158 em 2014). Trata-se de ação judicial contestando os índices de correção monetária de balanço, referente aos anos base 1997 e 1998, em razão da aplicação do IPC no mês de janeiro de 1989 na correção monetária das demonstrações financeiras. O Banco apresentou petição e aguarda sentença, a qual é avaliada como perda possível pelos assessores legais do Banco. Contudo, o valor encontra-se provisionado como obrigação legal. PIS – R$ 1.043 (R$957 em 2014). Reconhecimento do direito de recolher o PIS com base na Emenda Constitucional nº 17/97 (artigo 72, inciso V, do ADCT - receita operacional bruta) ao invés da Lei nº 9.718/98, até 30 de junho de 1999. Aguardando julgamento. PIS – R$ 5.744 (R$5.440 em 2014). Refere-se ao questionamento declarando o direito de recolher o PIS, referente aos exercícios anteriores a 2000, apenas sobre as receitas de serviço. Conforme avaliação dos assessores legais do Banco a perda é possível, contudo os tributos estão provisionados como obrigação legal. IRPJ 1992 – R$ 1.753 (R$ 2.313 em 2014). Visa à declaração da inexigibilidade do recolhimento das antecipações sobre o IRPJ referente ao exercício de 1992. Em 2009 havia provisão referente a CSLL, porém esta foi baixada em 2012, uma vez que foi verificado o comprovante de pagamento da mesma. O processo está aguardando julgamento do Recurso de apelação interposto pela União Federal no TRF da 3ª. Região. IRPJ e CSLL 1990 – R$ 6.669 (R$ 4.809 em 2014). Visa à declaração da inexigibilidade do recolhimento das antecipações sobre o IRPJ referente ao exercício de 1990 uma vez que com a correção monetária do balanço não terá lucro tributável. O processo está aguardando julgamento do Recurso de apelação interposto pela União Federal no TRF da 3ª. Região.

Trabalhistas - São ações, na maioria, movidas por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras", e por ex-empregados de empresas terceirizadas com pedidos de reconhecimento de vínculo empregatício e pagamento das respectivas verbas indenizatórias. Nas ações trabalhistas relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base na média histórica dos pagamentos efetuados.

Cíveis - São ações judiciais de caráter indenizatório e revisionais de crédito. As ações de caráter indenizatório referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a empréstimos. As ações revisionais referem-se a operações de crédito através das quais os clientes questionam cláusulas contratuais. Nas ações cíveis relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base na média histórica dos pagamentos efetuados.

(continua)

(continuação)

BancoPecúnia

Banco Pecúnia S.A.

Rua Boa Vista, 254 - 8º andar - São Paulo - SP
CNPJ 60.850.229/0001-47
SOCIETE GENERALE GROUP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 - (Em milhares de reais)

12. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

	CREDIAL EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA	
	2015	2014 Reapresentado
Informações da controlada:		
Capital social	27.133	7.133
Quantidade de cotas	2.038.000	2.038.000
Porcentagem da participação (%)	100%	100%
Patrimônio líquido em 31 de Dezembro	6.146	4.423
(Prejuízo) / Lucro do ano	(18.277)	4.073
Movimentação dos investimentos:		
Saldos no início do ano	**4.423**	**49**
Resultado de equivalência patrimonial	(18.277)	4.073
Aumento de Capital	20.000	-
Ajuste Exercício Anterior	-	301
Saldos no final do ano	**6.146**	**4.423**

13. IMOBILIZADO

		2015			2014		
	Taxa anual de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Terrenos	-	78	-	78	78	-	78
Imoveis de Uso	4%	933	(695)	238	933	(663)	270
Instalações	10%	201	(199)	2	209	(206)	3
Móveis, máquinas e equipamentos de uso	10%	271	(198)	73	358	(249)	109
Sistemas de comunicação	10%	123	(72)	51	175	(103)	72
Sistemas de processamento de dados	20%	5.090	(4.143)	947	8.880	(7.309)	1.571
Sistemas de segurança	10%	240	(194)	46	251	(176)	75
Total		**6.936**	**(5.501)**	**1.435**	**10.884**	**(8.706)**	**2.178**

14. DEPÓSITOS

	2015		2014			
Depósitos	Sem vencimento	Total	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	Total
A vista	302	302	302	-	-	302
Interfinanceiros	-	-	-	124.013	570.057	694.070
Total	**302**	**302**	**302**	**124.013**	**570.057**	**694.372**

15. RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS

Refere-se à taxa de cadastro cobrada no ato da contratação do financiamento, apropriada "pro rata-temporis" de acordo com os prazos dos contratos.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social - Em 31 de dezembro de 2015 o capital social, totalmente subscrito e integralizado no montante de R$561.596 (R$ 423.596 em 2014), estava representado por 615.127.380 (105.127.380 em 2014) ações ordinárias, sem valor nominal. Em 24 de agosto de 2015, houve aumento de capital de R$ 48.000, mediante emissão de 60.000.000 novas ações ordinárias nominativas, passando o capital a ser de R$ 471.596 e o total de 165.127.380 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Este aumento foi homologado pelo Banco Central em 02 de setembro de 2015. Em 16 de dezembro de 2015, houve aumento de capital de R$ 90.000, mediante emissão de 450.000.000 novas ações ordinárias nominativas, passando o capital a ser de R$ 561.596 e o total de 615.127.380 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Este aumento foi homologado pelo Banco Central em 23 de dezembro de 2015. **b) Distribuição de lucros** - Aos acionistas são assegurados 25% como dividendos mínimos obrigatórios, calculados sobre o lucro líquido anual, de acordo com a legislação societária. **c) Reserva de Capital** - Representa plano de pagamento baseado em ações conforme demonstrado na nota explicativa nº 22. **d) Reserva Legal** - Constituída à razão de 5% do lucro líquido do período, limitada a 20% do Capital Social. Devido ao prejuízo apurado, o Banco não destinou parte do resultado do período para reserva legal.

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Os encargos com imposto de renda e contribuição social estão assim demonstrados:

	IMPOSTO DE RENDA		CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	
	2015	2014	2015	2014
Prejuízo Lucro antes do imposto de renda e da contribuição Social, líquido de participação estatária, antes do ajuste	**(129.908)**	**(4.769)**	**(129.908)**	**(4.769)**
Ajuste de exercícios anteriores	-	1.623	-	1.623
Prejuízo Lucro antes do imposto de renda e da contribuição Social, líquido de participação estatária	**(129.908)**	**(3.146)**	**(129.908)**	**(3.146)**
Alíquota vigente	25%	25%	20%	15%
IRPJ / CSLL de acordo com a alíquota vigente	**32.477**	**787**	**25.982**	**472**
Efeito do IRPJ e CSLL sobre as diferenças temporárias:	571	7.232	457	4.338
Efeito do IRPJ e CSLL sobre as diferenças permanentes:	358	(685)	286	(410)
Prejuízo Fiscal e base negativa	(33.406)	(7.334)	(26.725)	(4.400)
Despesa de IRPJ e CSLL	**-**	**-**	**-**	**-**
Crédito Tributário não constituído no período	(32.835)	(102)	(26.268)	(62)

b) Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos

	IMPOSTO DE RENDA		CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	
Base de cálculo:	2015	2014	2015	2014
Diferenças temporárias	**72.063**	**170.790**	**72.063**	**170.790**
- provisão para créditos de liquidação duvidosa (**)	12.882	78.946	12.882	78.946
- provisão para contingências	49.804	50.140	49.804	50.140
- ajuste a valor de mercado	(2)	(3)	(2)	(3)
- amortização do ágio	8.775	12.536	8.775	12.536
- demais	604	29.171	604	29.171
Prejuízos fiscais	**150.066**	**65.334**	**150.066**	**65.512**
Total	**222.129**	**236.124**	**222.129**	**236.302**
Alíquota do imposto de renda e da contribuição social	25%	25%	20%	15%
Crédito tributário fiscal	**55.532**	**59.031**	**44.426**	**35.445**
Crédito tributário não constituído (*)	55.532	59.031	44.426	35.445

(*) Em 31 de dezembro de 2015, os benefícios do imposto de renda (25%) e da contribuição social (20% em 2015 e 15% em 2014) acumulados, seriam respectivamente R$ 55.532 (R$59.031 em 2014) e R$ 44.426 (R$33.445 em 2014), caso as perspectivas para sua recuperação fossem factíveis, de acordo com as regras estabelecidas na Resolução nº 3.059 do BACEN.
(**) Adicionalmente aos valores de provisão registrados, o Banco possui R$24.280 (R$-20.919 em 2014) referente a contratos de financiamento de veículos com garantia, baixados para prejuízo, que ainda não cumpriram o prazo de dedutibilidade previsto na Lei 9.430, cujo crédito tributário não constituído é de R$10.926 (R$-8.368 em 2014).
Em 21 de maio de 2015, foi publicada a Medida Provisória nº 675 (MP 675/15), convertida na lei 13.169 em 06 de outubro de 2015, que elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL dos setores financeiro e segurador de 15% para 20% do lucro tributável, a partir de 1º de setembro de 2015, até o ano de 2018.

d) Movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferida passiva sobre as diferenças temporárias:

	IMPOSTO DE RENDA		CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	
	2015	2014	2015	2014
- Saldo inicial	**(68)**	**(76)**	**(40)**	**(45)**
- Realizações	8	8	(7)	5
- Saldo final (nota explicativa n.º 9 b)	**(60)**	**(68)**	**(47)**	**(40)**

18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas estão assim resumidas:

	Ativos/(Passivos)		Receitas/(Despesas)	
	2015	2014	2015	2014
Credial Empreendimentos e Serviços Ltda				
Depósitos a vista	(302)	(302)	-	-
Valores a pagar para sociedades ligadas	-	(1.971)	(2.794)	(22.480)
Banco Société Générale Brasil S.A.				
Captações em depósitos interfinanceiros	-	(663.842)	(46.097)	(70.428)
Aplicações em depósitos interfinanceiros	94.828	-	6.072	1.054
Banco Cacique S.A.				
Correspondentes	381	92	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	26.548	1.187	1.428
Captações em depósitos interfinanceiros	-	(30.228)	(1.803)	(5.411)
Valores a pagar para sociedades ligadas	(6.109)	(6.300)	(58.489)	(20.535)
Cobracred Cobrança Especializada Ltda.				
Valores a pagar para sociedades ligadas	(142)	(531)	(4.695)	(6.419)
Cacique Promotora de Vendas Ltda.				
Valores a pagar para sociedades ligadas	-	(1)	-	(65)
Société Générale Corporate & Investment Bank (Paris-França)				
Valores a pagar para sociedades ligadas	(87)	(89)	(59)	(64)
Resumo por conta:				
Depósitos a vista	(302)	(302)	-	-
Correspondentes	381	92	-	-
Captações em depósitos interfinanceiros	-	(694.070)	(47.900)	(75.839)
Aplicações em depósitos interfinanceiros (nota explicativa n.º 5)	94.828	26.548	7.259	2.482
Valores a pagar para sociedades ligadas (notas explicativas n.º 9 c e n.º 19)	(6.338)	(8.892)	(66.037)	(49.563)

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração: O Banco Pecúnia faz parte do Grupo Société Générale Brasil e do qual também faz parte o Banco Cacique. A estrutura administrativa dos Bancos Cacique e Pecúnia são compartilhadas, sendo os Administradores do Banco Pecúnia comuns ao Banco Cacique e apenas parte de suas atividades são dedicadas à administração do Banco Pecúnia. Dessa forma, esses Administradores recebem uma remuneração global paga e registrada pelo Banco Cacique onde substancialmente suas atividades são dedicadas. **c)** O Banco Pecúnia efetua o ressarcimento ao Banco Cacique referente a estrutura administrativa compartilhada. No exercício de 2015 o montante de despesa a título de ressarcimento é de R$58.489 (R$20.535 em 2014). **Outras informações**: I – Conforme legislação em vigor, o Banco não concede empréstimos ou adiantamento para: a) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até 2.º grau; b) Pessoa físicas ou jurídicas que participem do capital, com mais de 10%; e c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, o próprio Banco, quaisquer diretores ou administradores, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2.º grau. Dessa forma, não são efetuados pelo Banco empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares. II – Participação acionária: A participação acionária no Banco, em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, estava assim representada:

	2015	2014
Ações ordinárias		
Banco Société Générale Brasil S.A.	615.127.380	105.127.380
Total	**615.127.380**	**105.127.380**

19. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2.º Semestre - 2015	2015	2014
Despesas de água, energia e gás	(111)	(204)	(131)
Despesas de aluguéis	(406)	(941)	(881)
Despesas de comunicações	(267)	(784)	(1.626)
Despesas com contribuições filantrópicas	(30)	(60)	(60)
Despesas de manutenção e conservação de bens	(116)	(236)	(226)
Despesas de material	(46)	(124)	(173)
Despesas de processamento de dados	(2.652)	(5.691)	(9.991)
Despesas com relações públicas	-	(37)	(40)
Despesas de propaganda e publicidade	(13)	(81)	(86)
Despesas de seguros	(80)	(82)	(174)
Despesas com serviços do sistema financeiro	(1.542)	(3.410)	(4.468)
Despesas de serviços de terceiros	(671)	(2.535)	(6.130)
Despesas de serviços técnicos especializados	(30)	(86)	(143)
Despesas de serviços de cobrança, assessoria e consultoria - Sociedade Ligada (Nota explicativa n.º 18 a)	(1.551)	(7.489)	(28.964)
Despesas de serviços de cobrança	(379)	(1.016)	(1.068)
Despesas de serviços de consultoria/assessoria	(29.775)	(52.190)	(44.074)
Despesas de serviços de assessoria e consultoria - SG Paris (Nota explicativa n.º 18 a)	(52)	(59)	(64)
Despesas com honorários advocatícios	(1.377)	(2.729)	(3.544)
Despesas de transporte	(189)	(549)	(1.047)
Despesas de viagem no país	(1)	(36)	(91)
Despesas de depreciação e amortização	(301)	(726)	(1.059)
Despesas de estrutura compartilhada (Nota explicativa n.º 18 b)	(31.929)	(58.489)	(20.535)
Outras despesas administrativas	(1.116)	(3.605)	(7.233)
Total	**(72.634)**	**(141.159)**	**(131.808)**

20. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2.º Semestre - 2015	2015	2014 Reapresentado
Recuperação de encargos e despesas	615	2.491	2.333
Variações monetárias e cambiais ativas	2.541	4.548	4.628
Reversão de provisão com processos trabalhistas (Nota explicativa n.º 11 c)	-	119	4.168
Reversão de provisão com processos cíveis (Nota explicativa n.º 11 c)	95	1.118	4.846
Reversão de provisão com processos fiscais (Nota explicativa n.º 11 c)	5.607	5.607	-
Reversão de despesa com intermediação financeira em cessão de crédito	308	1.702	2.208
Reversão de provisão com gratificações	-	-	69
Reavaliação de ativos	2	2	19
Rendas de comissão sobre vendas de seguros	4.455	6.672	4.102
Reversão de provisão para perdas	25.757	25.757	-
Outras receitas	3.008	5.251	3.127
Total	**42.388**	**53.267**	**25.500**

21. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2.º Semestre - 2015	2015	2014 Reapresentado
Descontos concedidos	(1.180)	(4.388)	(27.291)
Despesas com juros e multas	(4.657)	(4.662)	(2.494)
Despesas com prêmio de campanha de vendas/cobrança	-	-	(1.899)
Despesas com provisões com processos trabalhistas (Nota explicativa n.º 11 c)	(2.115)	(2.278)	(1.150)
Despesas com provisões com processos cíveis (Nota explicativa n.º 11 c)	(27)	(91)	(936)
Despesas com provisões com processos fiscais e previdenciárias (Nota explicativa n.º 11 c)	(2.627)	(4.139)	(2.551)
Despesa com provisão para perdas	-	-	(25.757)
Indenizações cíveis	(1.807)	(3.458)	(3.314)
Outras despesas	(2.508)	(3.385)	(3.342)
Total	**(14.921)**	**(22.401)**	**(68.734)**

22. PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

O Grupo Société Générale (França) oferece como parte da remuneração variável da diretoria e funcionários das suas subsidiárias brasileiras (Banco Pecúnia S.A. e subsidiárias) planos de pagamentos baseados em ações. Apresentamos a seguir os planos de pagamentos baseados em ações que estão vigentes em 31 de dezembro de 2015. Todos planos serão liquidados com entrega de ações do Société Générale (França). I - Plano de ações livres - Visando o sucesso do programa "Ambition SG 2015", em reunião realizada em 02 de novembro de 2010, o Conselho de Diretores do Grupo Société Générale designou os beneficiários do Plano de Ações livres dentro do grupo de funcionários e executivos corporativos do Grupo Société Générale e empresas afiliadas. Nessa distribuição, 13.440 ações foram alocadas aos 336 funcionários do Banco Pecúnia e subsidiárias. O plano está dividido em dois grupos sendo o primeiro representado por 40% das ações condicionadas ao cumprimento de permanência no grupo em 31 de março de 2015 com a condição de performance na qual o retorno sobre o capital (ROE) do Grupo Société Générale atinja 10% em 2012. O segundo grupo, 60% das ações remanescentes, está condicionado à permanência no grupo em 31 de março de 2016 com a condição de que a satisfação dos clientes aumente entre 2010 e 2013 nas três linhas de negócios (operações França, Banco de varejo e Corporate Banking). O Société Générale considerou na avaliação da quantidade de ações a serem empossadas turn-over de 17,61% ao ano. O valor justo unitário das ações foi de 34,55 Euros e 33,15 Euros respectivamente para o grupo 1 e grupo 2, calculados adotando o método de arbitragem. II - Plano de ações diferidas - Em reunião realizada em 09 de março de 2010, o Conselho de Diretores do Grupo Société Générale designou os beneficiários do Plano de Ações Diferidas dentro do grupo de funcionários e executivos corporativos do Banco Société Générale e empresas afiliadas. Nessa distribuição, 1.237 ações e 395 opções de ações foram alocadas aos funcionários do Banco Pecúnia e subsidiarias. A outorga das ações estão condicionadas ao cumprimento de permanência no grupo e, adicionalmente, sujeitos às condições de performance. Sendo que 50% das ações serão outorgadas caso o beneficiário esteja no grupo em 31 de março de 2014. A posse dos outros 50% dependerão do nível de performance do grupo, baseando-se em dois critérios, sendo: (i) caso o retorno sobre o capital (ROE - Return on Equity) do Grupo Société Générale seja igual ou maior que 15%, 100% das ações sujeitas a condição de performance serão empossadas; Caso o ROE seja entre 10% e 15%, as ações serão empossadas de acordo com a seguinte formula 10 x (ROE% - 5%), por exemplo se o ROE for de 10%, apenas 50% das ações serão empossadas. (ii) o segundo critério se aplicará caso o ROE seja inferior a 10%, possibilitando a outorga de no máximo 50% das ações e será mensurado pelo "Total de retorno de Acionista" (TSR) o qual será comparado a uma amostra de 11 empresas similares, representados por: Barclays, BBVA; BNPP, CASA, Credit Suisse, Deutsche Bank, HSBC, Intesa, Santander, Standard Chartered e UCI. Se o Grupo Société Générale ficar entre os três primeiros colocados no ranking TSR serão empossadas 50% das ações; se o SG ficar entre a 4ª e 6ª serão outorgadas 25% das ações e caso fique após a sexta posição nenhuma ação será empossada. O Société Générale considerou para cálculo um turn-over de 17,61% ao ano. O valor justo unitário das ações, calculados adotando o método de arbitragem, foi de 34,82 Euros por ação e o valor justo das opções foi de 11,54 euros por opção de ações. A seguir, demonstramos os valores reconhecidos no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 na rubrica de despesa com pessoal contra a conta do grupo do patrimônio líquido de reserva de capital:

	Plano de Ações livres	Plano de Ações diferidas	TOTAL
Saldo em 31 de dezembro de 2013	**361**	**39**	**400**
Constituição	465	42	507
Canceladas / Reversão	-	(37)	(37)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**826**	**44**	**870**
Constituição	59	-	59
Canceladas / Reversão	(705)	(3)	(708)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**180**	**41**	**221**

Em março de 2014 o valor de R$ 44, referente a 341 ações e 197 opções do Plano de Ações diferidas, tiveram seu período de carência cumprido referente a condição de permanência. Na mesma data 338 ações foram canceladas em função de não atenderem a condições de performance. Em 31 de março de 2015 o valor de R$ 93, referente a 784 ações do Plano de Ações livres, tiveram seu período de carência cumprido referente a condição de permanência. Em 2015 foram canceladas 3.392 ações em função de não atenderem a condições de permanência.

23. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Desde 1º de janeiro de 1995, as instituições financeiras devem manter patrimônio líquido compatível com o grau de risco de seus ativos ponderados por fatores, definidos na Resolução n.º 2.099/94 e legislações complementares do BACEN. A apuração deste índice é feita de forma consolidada com as Instituições integrantes do Grupo Société Générale Brasil e de acordo com as normas vigentes. **b)** Em 31 de dezembro de 2014, as coobrigações em cessões de créditos montavam a R$ 188 pela taxa de cessão e R$ 186 pela taxa de contrato, para as quais foi registrada provisão para riscos sobre créditos cedidos com coobrigação no montante de R$ 8, registrado na rubrica Outras Obrigações – Diversas calculada com base nos mesmos critérios adotados para o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa das operações não cedidas. A totalidade dessas coobrigações possui garantia de alienação fiduciária dos veículos financiados. A taxa média dessas cessões de crédito foi de 14,69 % ao ano e 1,14787% ao mês, e foram realizadas pelo prazo médio de 60 meses.

A DIRETORIA

CONTADOR - Wilson Rodrigues do Amaral - CRC 1SP146853/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao
Administradores e Acionistas do
Banco Pecúnia S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Pecúnia S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração pelas Demonstrações Financeiras A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião - Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Pecúnia S.A., em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Ênfase - ***Suspensão da realização de novas operações de crédito -*** Conforme mencionado na nota explicativa 1, a Administração do Banco Pecúnia S.A., suspendeu a realização de novas operações de crédito em função da decisão anunciada pelo controlador de encerrar as operações do Banco, a partir de 3 de fevereiro de 2015. Também conforme nota explicativa 1, em função da natureza das operações e das práticas contábeis aplicáveis às demonstrações financeiras do Banco, não são esperadas diferenças significativas entre o valor contábil dos ativos e passivos e o valor de liquidação caso as demonstrações financeiras fossem elaboradas nessa base de apresentação. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. ***Reapresentação dos valores correspondentes*** - Conforme mencionado na nota explicativa 2, certas informações correspondentes ao balanço patrimonial, as demonstrações do resultado do exercício, as mutações do patrimônio líquido, as demonstrações do fluxo de caixa e as notas explicativas, foram alteradas em relação àquelas demonstrações financeiras anteriormente divulgadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, pelas razões mencionadas na referida nota explicativa 2 e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23, ou CPC 23, (Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2016

EY
ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6
Flávio Serpejante Peppe
Contador CRC- 1SP172167/O-6

Renato Nantes
Contador CRC-1RJ115529/O-7